



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº: 005 - E/2024

**ALTERA O ART. 10, DA LEI COMPLEMENTAR
Nº 174, DE 31 DE MARÇO DE 2022, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou:

Art. 1º - O artigo 10, da Lei Complementar nº 174, de 31 de março de 2022, passa a vigor com a seguinte redação:


“Art. 10 – O servidor especialmente designado para desempenho da função de Agente de Contratação fará jus à gratificação de R\$2.118,80 (dois mil, cento e dezoito reais e oitenta centavos).

Parágrafo único -”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE, AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2024.

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal


Jorcelino de Oliveira
Procurador Geral



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
GABINETE - PROCURADORIA

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores,

Estamos remetendo à Egrégia Casa Legislativa Projeto de Lei dispendo sobre alteração da Lei Complementar nº 174, de 31 de março de 2022, que “Cria quatro funções gratificadas de ‘Agente de Contratação’ e fixa suas atribuições e competências”.

Mister salientar, que o art. 10, do Diploma que se pretende alterar, atribui a gratificação para o desempenho da função de Agente de Contratação ao valor equivalente à 5 UFM's (Unidade Fiscal do Município), atualmente equivalente a R\$837,20 (oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos). Em que pese tal determinação, há se observar que as Unidades Fiscais dos Municípios são indexadores dos tributos municipais, dos valores relativos a juros, multas e penalidades tributárias e administrativas. Sendo assim, não é indexador adequado para atribuição de valor devido pelo exercício de função gratificada.

Ainda, o valor que se pretende atribuir à função gratificada de Agente de Contratação é similar à outra função já existente no Municípios, a saber: Agente de Controle Interno.

Deve-se ater, também, ao fato de que o presente Projeto de Lei se faz acompanhar de competente impacto orçamentário financeiro.

Assim, estamos submetendo à apreciação da Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, o qual esperamos ver discutido e aprovado.

Ao ensejo, reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração a toda Edilidade.

Conselheiro Lafaiete, 29 de janeiro de 2024.

Atenciosamente,

Mário Marcus Leão Dutra
Prefeito Municipal

Jorcelino de Oliveira
Procurador Geral



Estimativa do Impacto Orçamentário - Financeiro de Despesas
Art. 16 da Lei n 101, de 04 de maio de 2000

Folha 1/1

Impacto n°:
015/2024

Data: 01/02/2024

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Projeção de alteração do organograma da Lei Complementar nº 15/2009 - Agente de Contratação

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Apurou-se a diferença entre o atual valor de vencimento do cargo de Agente de Contratação e o valor proposto no PL nº E/2024.

Qtde	Venc. Atual	Venc. Proposto	Diferença	Encargos	Total	Total Anual
4	837,20	2.118,00	1.280,80	293,05	1.573,85	83.917,52

De posse das informações contida no quadro acima passou-se para projeção do cálculo do impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2024, em que entrará em vigor a Lei proposta, e nos dois exercícios subsequentes, conforme determina o artigo 16, Inciso I da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2024

Custo anual projetado com o reajuste de 7,62% (11 meses)	83.536,94
Orçamento 2024	511.142.722,34
Representação percentual do Impacto	0,02%

IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2025

Custo anual projetado com o reajuste de 5,76%	95.514,01
Orçamento 2025	536.137.555,89
Representação percentual do Impacto	0,02%

Nota: Índice de reajuste, para o exercício de 2025, conforme o percentual previsto na LDO - Lei 6233/2023

IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2026

Custo anual projetado com o reajuste de 5,80%	101.053,83
Orçamento 2026	567.233.534,13
Representação percentual do Impacto	0,02%

Nota: Índice de reajuste, para o exercício de 2026, conforme o percentual previsto na LDO - Lei 6233/2023

IMPACTO FINANCEIRO

Avaliação Orçamentária e Financeira - art. 16, § 1º, inciso I e § 2º da LC 101/2000

Neste relatório é demonstrado o impacto orçamentário-financeiro que o presente reajuste causará no exercício e nos dois exercícios subsequentes, em termos de valores e percentuais em relação ao respectivo orçamento.



Documento assinado digitalmente
ELISA CLAUDIA LOPES
Data: 06/02/2024 16:16:40-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Conselheiro Lafaiete, 1º de fevereiro de 2024.

Elisa Cláudia Lopes

Secretária Municipal de Administração



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE
PROCURADORIA GERAL

Conselheiro Lafaiete, 09 de fevereiro de 2024.

Ofício nº: 043/2023/PMCL/PROC

Referência: Encaminha Projeto de Lei Complementar

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

A Procuradoria Municipal, vem, com o devido respeito, encaminhar à Mesa Legislativa Projeto de Lei Complementar que:

ALTERA O ART. 10, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 31 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ao ensejo reiteramos reconhecimento de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Marina Mendes de Oliveira Sallum
Coordenadora de Legislação

Exmº Sr Washington Fernando Bandeira
Presidente da Câmara Municipal do Município de Conselheiro Lafaiete